

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	DIVERSIDADE JUDICIAL NO BRASIL: ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE ALTERNÂNCIA DE GÊNERO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO						
<b>AUTORIA</b>	KARINA DENARI GOMES DE MATTOS, CAROLINE VITAL BOGHOSSIAN				<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10	
<b>SUPERVISÃO</b>	KARINA DENARI GOMES DE MATTOS				<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6	
<b>REQUISITOS</b>	Aberto para todo o corpo discente						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	Conselho Nacional de Justiça - Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário ( <a href="#">Política de Participação Feminina - Portal CNJ</a> ), Comissão AJUFE Mulheres ( <a href="#">Ajufe - Comissão Ajufe Mulheres</a> )						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	<b>PERÍODO</b>	2024.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Esta disciplina tem como objetivo fomentar uma análise crítica sobre premissas e indicadores de diversidade judicial no Brasil e no mundo, na busca por uma maior legitimidade democrática e como catalizadora de qualidade decisória nos Tribunais. Como projeto da disciplina, será realizado um estudo de caso e acompanhamento do primeiro semestre de implementação da Política de Alternância de Gênero introduzida por meio da Resolução n. 525, de 27 de setembro de 2023, que altera a Resolução CNJ n. 106/2010, dispoendo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau.
<b>PROBLEMA</b>	O problema central a ser estudado e desenvolvido nesta disciplina é a implementação da Política de Alternância de Gênero no Judiciário brasileiro, estabelecida por meio de alterações introduzidas na Resolução CNJ n. 106/2010 em setembro de 2023, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024 aplicando-se às vagas abertas após essa data (Disponível em: <a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277">atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277</a> e CNJ Notícia “ <a href="#">CNJ aprova regra de gênero para a promoção de juízes e juízas - Portal CNJ</a> ”). A implementação da medida levanta questões cruciais relacionadas ao papel da diversidade judicial e da igualdade de gênero na qualidade das decisões judiciais, representatividade e legitimidade do Judiciário, e levanta discussões cruciais sobre ações afirmativas e políticas de gênero nas instituições democráticas. Busca-se que esta medida seja analisada em perspectiva com políticas semelhantes em outros países e detalhados os desafios práticos de sua implementação frente à complexidade do Judiciário brasileiro e à resistência de parte dos próprios membros dessa instituição.
<b>PRODUTO</b>	O produto final será um relatório técnico-analítico a ser encaminhado ao Comitê responsável pelo acompanhamento da Política no CNJ (Gabinete da Cons. Salise Sanchotene) e à Comissão AJUFE Mulheres (Coordenadora Camila Pullin), e divulgado por meio de evento de lançamento do relatório, com potencial participação de membros dessas instâncias.
<b>OBJETIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender o disposto na Política de Alternância de Gênero no Judiciário brasileiro, instituída por meio da Resolução n. 525, de 27 de setembro de 2023, que altera a Resolução CNJ n. 106/2010, dispoendo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau.</li> <li>Analisar os principais aspectos legais e regulatórios relacionados à implementação desta política.</li> <li>Investigar o impacto da política de alternância de gênero na diversidade judicial e na igualdade de gênero no Brasil.</li> <li>Avaliar os desafios práticos e as oportunidades na aplicação da política em diferentes tribunais de segunda instância, além da resistência por parte de alguns setores dentro do Judiciário.</li> <li>Examinar os benefícios da diversidade judicial para a qualidade das decisões judiciais em democracias modernas, para a representatividade e legitimidade do judiciário e para a diversificação epistêmica do judiciário.</li> <li>Analisar indicadores de diversidade no Brasil em perspectiva comparada e comparar políticas de diversidade no parlamento e no judiciário.</li> <li>Proporcionar aos alunos a oportunidade de produzir um relatório destinado ao CNJ e à AJUFE para acompanhamento da política em diversos estados por meio de dados públicos e consulta aos tribunais.</li> </ul>
<b>METODOLOGIA</b>	<p>KICK OFF DA ATIVIDADE: (Aula 3) Os alunos serão orientados sobre como buscar informações e dados de acesso público na internet, incluindo a exploração de bases de dados e informações disponíveis nos sites dos tribunais brasileiros.</p> <p>ETAPA 1: GESTÃO E PLANEJAMENTO: (Aula 4) Em seguida, serão definidos procedimentos metodológicos específicos para a investigação de campo, que incluirão a análise detalhada da formulação das listas e a revisão de documentação relevante.</p> <p>ETAPA 2: EXECUÇÃO: (Aulas 7, 10 e 11) Os alunos selecionarão casos relevantes e aplicarão esses procedimentos para coletar dados substanciais. Com base nesses dados, eles produzirão relatórios técnicos minuciosos que se alinharão com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e pela AJUFE.</p> <p>ETAPA 3: REVISÃO (Aulas 12 e 13): Ajustes de conteúdo e formato. Revisão dos achados principais.</p> <p>ETAPA 4: FINALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO (Aula 14): Serão propostas estratégias eficazes de divulgação do produto ao público-alvo externo, que incluirão a apresentação do relatório técnico em um evento dedicado à divulgação, proporcionando uma plataforma para compartilhar os resultados e discutir as implicações da implementação da Política de Alternância de Gênero no Judiciário brasileiro com partes interessadas relevantes. Esta abordagem</p>

	estruturada visa não apenas fornecer uma compreensão abrangente da implementação da política, mas também garantir que os resultados sejam comunicados de maneira eficaz às partes interessadas envolvidas.
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/> Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	<input checked="" type="checkbox"/> Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	<input checked="" type="checkbox"/> Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	<input checked="" type="checkbox"/> Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
Outras:	
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>
1	Aula 1: Apresentação do Curso, Introdução ao tema da Diversidade Judicial e à Política de Alternância de Gênero no Judiciário Brasileiro <ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação do tema da Diversidade Judicial e indicadores globais</li> <li>● Apresentação da política e seu contexto histórico.</li> <li>● Objetivos e importância da análise crítica da política.</li> </ul>
2	Aula 2: Fundamentos Legais e Regulatórios da Política, Principais Indicadores no Brasil <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sistema de cotas e políticas de gênero no mundo</li> <li>● Contexto da Política no Brasil: os principais indicadores da participação feminina no Judiciário brasileiro</li> <li>● Análise detalhada das mudanças introduzidas pela Resolução CNJ n. 106/2010.</li> <li>● Discussão sobre as críticas ao sistema e a motivação por trás das mudanças.</li> </ul>
3	Aula 3: KICK OFF DA ATIVIDADE <ul style="list-style-type: none"> <li>● Introdução ao processo de coleta de dados e pesquisa para o presente estudo de caso, Introdução sobre coleta de dados em ambientes digitais e pesquisa documental, introdução ao banco de dados de Estatísticas do Poder Judiciário brasileiro</li> <li>● Identificação de recursos e fontes de informações relevantes</li> </ul>
4	Aula 4: ETAPA 1: GESTÃO E PLANEJAMENTO <ul style="list-style-type: none"> <li>● Discussão sobre a viabilidade de coleta de informações em campo no contexto de pesquisa (elaboração de questionários, condução de entrevistas, análise de dados reais e apresentação dos resultados).</li> <li>● Introdução à análise de dados, incluindo técnicas estatísticas, software estatístico e interpretação dos resultados. Como transformar dados brutos em insights significativos.</li> </ul>
5	Aula 5: Indicadores de Diversidade no Brasil e em Perspectiva Comparada <ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise de indicadores de diversidade de gênero no mundo</li> <li>● Análise de indicadores de diversidade de gênero no Judiciário brasileiro.</li> </ul>
6	Aula 6: Políticas de Diversidade no Parlamento e no Judiciário em Perspectiva Comparada <ul style="list-style-type: none"> <li>● Estudo comparativo das políticas de diversidade de gênero em outros poderes do Estado e em diferentes jurisdições.</li> <li>● Análise crítica sobre ações afirmativas e as resistências na implementação desses mecanismos.</li> </ul>
7	Aula 7: ETAPA 2: EXECUÇÃO <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sessões práticas para orientar os alunos na coleta de dados e pesquisa.</li> <li>● Discussão de desafios e estratégias de pesquisa.</li> </ul>
8	Aula 8: Representatividade e Legitimidade do Judiciário <ul style="list-style-type: none"> <li>● Quais os ganhos institucionais do Judiciário a partir da diversidade? - Debate sobre como a diversidade de gênero contribui para a representatividade do Judiciário.</li> <li>● Discussão sobre a legitimidade do Judiciário perante a sociedade.</li> <li>● Pesquisas globais sobre diversidade e impacto na confiança nas instituições.</li> </ul>
9	Aula 9: Diversidade Judicial e Qualidade das Decisões

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quais os ganhos decisórios do Judiciário a partir da diversidade? - Exploração dos benefícios da diversidade judicial para a qualidade das decisões.</li> <li>Diversificação Epistêmica do Judiciário: Estudos de caso de jurisprudência impactada por diversidade de gênero.</li> <li>Pesquisas globais sobre o impacto da diversidade na opinião dos juizes e dos seus pares em órgãos colegiados.</li> </ul>
10	<p>Aula 10: ETAPA 2: EXECUÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessões práticas para orientar os alunos na coleta de dados e pesquisa.</li> <li>Discussão de desafios e estratégias de pesquisa.</li> </ul>
11	<p>Aula 11: ETAPA 2: EXECUÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessões práticas para orientar os alunos na coleta de dados e pesquisa.</li> <li>Discussão de desafios e estratégias de pesquisa.</li> </ul>
12	<p>Aula 12: ETAPA 3: REVISÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessões práticas para revisão e feedback das melhores formas para apresentação dos resultados finais e produtos de pesquisa.</li> <li>Inputs relacionados às melhores estratégias de visualização dos dados (gráficos, layout do material).</li> </ul>
13	<p>Aula 13: ETAPA 3: REVISÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sessões práticas para revisão e feedback das melhores formas para apresentação dos resultados finais e produtos de pesquisa.</li> <li>Inputs relacionados às melhores estratégias de visualização dos dados (gráficos, layout do material).</li> </ul>
14	<p>Aula 14: ETAPA 4: FINALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação do relatório elaborado pelos alunos, evento produzido para divulgação do material e entrega do relatório às instituições de interesse (CNJ e AJUFE).</li> <li>Discussão em grupo e feedback para refinamento final dos relatórios.</li> </ul>
15	Autoavaliação e avaliação do curso.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).</p> <p>Avaliação pautada na participação nos debates e preparação para as aulas (50%) e elaboração do Relatório final (50%).</p> <p>Parâmetros avaliativos da participação nos debates e preparação para as aulas (50%):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação Conceito D – falta qualidade mínima para o docente saber e compreender o que o aluno pensa a respeito da matéria discutida em aula</li> <li>Participação Conceito C – engajamento razoável, que pode não ser consistente ou não realizar uma interlocução adequada com a fala dos colegas e com o conteúdo dos textos</li> <li>Participação Conceito B e A – A variação da nota se dá pela soma dos demais critérios (consistência, interlocução com textos e interlocução com a fala dos colegas) com qualidade das falas (em termos de rigor ou de ousadia) ou atendimento aos feedbacks específicos fornecidos pela docente</li> </ul> <p>Parâmetros avaliativos para a elaboração do relatório final (50%): Engajamento, Contribuição para a concepção e realização da pesquisa, Relevância da proposta de produto final (25%), Produto final (25%)</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Caroline Vital Boghossian, Deborah Marconcini Bittar. <i>MEDIDAS DE IGUALDADE DE GÊNERO: PANORAMA EUROPEU DE FEMINIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO</i>. Revista do Centro de Excelência Jean Monnet da FGV Direito Rio. v. 2. (2023). Disponível em: <a href="#">Vista do MEDIDAS DE IGUALDADE DE GÊNERO: PANORAMA EUROPEU DE FEMINIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO (fgv.br)</a></li> <li>Karina Denari G. de Mattos, Pedro A. Riccetto, Nicola Tommasini. <i>Quem estamos empoderando? Indicadores e Tendências sobre Diversidade em Cortes Constitucionais (2022)</i>. Disponível em: <a href="#">AJUFE 2022 PPT</a> e <a href="#">cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/10/apresentacao-karina-denari.pdf</a>. e CNJ. Notícia “<a href="#">Estatísticas justificam ação contra sub-representação feminina na magistratura, afirmam especialistas - Portal CNJ</a>”</li> <li>Conselho Nacional de Justiça (CNJ). <i>Participação feminina na magistratura : atualizações 2023 / Conselho Nacional de Justiça</i>. – Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <a href="#">relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf (cnj.jus.br)</a></li> </ol>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>BONELLI, Maria da Gloria. "Gender and Difference Among Brazilian Lawyers and Judges: Public and Private Practice in the Global Periphery," <i>Indiana Journal of Global Legal Studies</i>: Vol. 20 : Iss. 2 , Article 24. Available at: "<a href="#">Gender and Difference Among Brazilian Lawyers and Judges: Public and P</a>" by <a href="#">Maria Da Gloria Bonelli</a></li> <li>THORTON, Margaret. 'Otherness' on the Bench: How Merit is Gendered. Australian National University College of Law Research Paper no. 08-16. Disponível em: "<a href="#">Otherness' on the Bench: How Merit is Gendered by Margaret Thornton :: SSRN</a>"</li> <li>LIMA, Jairo; PRADELLA BUENO, Marcella; STAMILE, Natalina. <i>Supremas Ministras: a Inclusão de Mulheres na Composição do STF à Luz da Legitimidade das Cortes Constitucionais</i>. <i>Direito Público</i>, [S.l.], v. 18, n. 98, jul. 2021. ISSN 2236-1766. Disponível em: <a href="#">Supremas Ministras: a Inclusão de Mulheres na Composição do STF à Luz da Legitimidade das Cortes Constitucionais   Direito Público</a> .</li> <li>BOGÉA, Daniel. <i>Mulheres togadas: diversidade de gênero e perspectivas sociais em cortes constitucionais</i>. <i>Revista de Informação Legislativa: RIL</i>, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 103-126, jan./mar. 2021. Disponível em: <a href="#">Mulheres togadas: diversidade de gênero e perspectivas sociais em cortes constitucionais</a></li> <li>GOMES, Juliana Cesario Alvim et al. <i>Gênero e comportamento judicial no supremo tribunal federal: os ministros confiam menos em relatoras mulheres?</i> <i>Rev. Bras. Polít. Públicas</i>, Brasília, v. 8, n. 2, p.854-876,</li> </ol>

	2018. Disponível em: <a href="#">Gênero e comportamento judicial no supremo tribunal federal: os ministros confiam menos em relatoras mulheres?   Werneck Arguelhes   Revista Brasileira de Políticas Públicas.</a>
--	---